



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

EDITAL N° 01/2025

TÉCNICO JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA

NOME DO CANDIDATO

Magnus Jefferson F. de Souza

ASSINATURA DO CANDIDATO

RG DO CANDIDATO

7.399.045

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO



SUA PROVA

VERSÃO A

- ✓ Nesta prova, você encontrará 60 (sessenta) questões objetivas e 1 (uma) discursiva.

Prova Objetiva:

- ✓ Assine seu nome **somente na frente da Folha de Respostas (Prova Objetiva)**, no local indicado.
- ✓ Verifique seu nome e número de inscrição na Folha de Respostas. Se houver algum erro, notifique o fiscal.
- ✓ Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.
- ✓ **As respostas das questões objetivas devem ser preenchidas obrigatoriamente da seguinte maneira:**

Prova Discursiva:

- ✓ Na Folha de respostas, na parte destinada à **Prova Discursiva (verso da objetiva)**, é vedado assinar ou inserir qualquer forma de identificação, sendo permitido apenas transcrever a resposta no espaço destinado a essa finalidade.
- ✓ Na correção da Prova Discursiva, a comissão de correção não terá acesso a qualquer identificação do candidato, garantindo assim o sigilo do autor.
- ✓ Observe atentamente as instruções na Folha de Resposta.



DURAÇÃO DA PROVA E A PERMANÊNCIA MÍNIMA NA SALA

- ✓ Você dispõe de **04 (quatro) horas para fazer esta prova**.
- ✓ O candidato só poderá retirar-se da sala de prova **02 (duas) horas após o início**.
- ✓ O candidato poderá levar seu Caderno de Questões somente após transcorrido o tempo de **03h30min (três horas e trinta minutos)** do Início da prova. Em hipótese alguma o candidato poderá levar o Caderno de Questões antes do horário permitido.



INSTRUÇÕES GERAIS

- ✓ Você deverá utilizar caneta de tinta azul ou preta para as respostas.
- ✓ Reserve os **20 (vinte) minutos finais para responder na Folha de Respostas**.
- ✓ O sistema de leitura e processamento das Folhas de Respostas não registrará a resposta em que houver falta de nitidez na marcação e/ou marcação de mais de uma alternativa. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca de folha de resposta em caso de erro do candidato.
- ✓ A Folha de Respostas não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou manchada.
- ✓ Ao terminar a prova, entregue ao fiscal a Folha de Respostas. As observações ou marcações registradas no caderno não serão levadas em consideração.
- ✓ É terminantemente proibido o uso de telefone celular e demais aparelhos eletrônicos.

Boa Prova!



GABARITO DO CANDIDATO - RASCUNHO



NOME:

INSCRIÇÃO:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

LÍNGUA PORTUGUESA

Analise o texto a seguir para responder às questões de 1 a 5.

Texto I

visitantes na mina

Terno, gravata, colete, camisa.

Cinto combinado com o sapato, e a meia.

Abotoadura, lenço e suspensório, já que isso faz tempo.

São todos iguais e somam bem uns dez, talvez mais.

Engenheiros, na época em que engenheiro era importante.

Mas, chiques de morrer, estão numa mina de carvão.

Algo a ver com as ordens para abrir uma nova galeria.

É muito engraçada a cena.

Kafka pode ser muito engraçado.

Esses caras, por exemplo, descendo numa mina de carvão.

Arrumadíssimos e tentando não se sujar.

Os mineiros, pretos de carvão até a cara, se encostam nas paredes.

À medida que a comitiva passa, tentam não estourar de rir.

Porque não é só a roupa e as mãos bem cuidadas e a cara de nojo.

É também o que eles fazem ou fingem fazer.

[...]

(VIGNA, Elvira. *Kafkianas*. São Paulo: Todavia, 2018, p. 44)

- 1) No trecho apresentado, o contraste entre os engenheiros “arrumadíssimos” e os mineiros “pretos de carvão até a cara” sugere, principalmente:
- uma crítica velada à distância social e ao desconforto dos engenheiros em relação ao ambiente e ao visual dos mineiros.
 - a valorização da aparência e postura dos engenheiros como símbolos de prestígio e autoridade diante dos mineiros.
 - uma manifestação de cumplicidade e entendimento tácito que ameniza o contraste entre os engenheiros e os mineiros.
 - um momento de reconhecimento mútuo, ainda que contido, entre engenheiros e mineiros na rotina de trabalho.

- 2) Considere o verso “Algo a ver com as ordens para abrir uma nova galeria.” e assinale a alternativa que apresenta uma análise correta da regência.

- A expressão “a ver com” está incorreta, pois o verbo “ver” exige preposição “de” para seu complemento.
- O uso da preposição “com” após o verbo “ver” indica erro de regência, pois o verbo deveria ser pronominal nesse contexto.
- O verbo “ver” é usado aqui no sentido de “relacionar-se”, sendo corretamente acompanhado da preposição “com”.
- A locução “a ver com” deveria ser substituída por “haver com”, que é a forma exigida pela norma culta da língua.

- 3) No início do texto, ocorre uma enumeração de substantivos. Analise o efeito expressivo dessa sequência e assinale a alternativa que melhor caracteriza sua função.

- Enfatizar o formalismo e a rigidez dos engenheiros.
- Conferir um ritmo mais lento à apresentação da descrição.
- Contribuir para a caracterização precisa do ambiente.
- Ilustrar a indiferença dos mineiros em relação ao trabalho.

- 4) Dentre os vocábulos abaixo retirados do texto, aponte o que apresenta um processo de formação diferente dos demais.

- “suspensório” (v.3).
- “engenheiro” (v.5).
- “engraçada” (v.8).
- “mineiros” (v.12).

- 5) No período “À medida que a comitiva passa, tentam não estourar de rir.” (v.13), ocorre uma locução conjuntiva que estabelece entre as orações uma relação semântica de:

- concessão.
- proporcionalidade.
- conformidade.
- consequência.

RASCUNHO

Analise o texto a seguir e responda às questões de 6 a 10.

Texto II

Entre o bizarro e o extraordinário

Pesquisas aparentemente absurdas escondem descobertas geniais

Ao se deparar com cientistas fazendo cócegas em ratos, você pode se revoltar com o desperdício de tempo e dinheiro em algo que à primeira vista não traz retorno para a sociedade. Para muitos, a ciência só tem valor se tiver aplicação imediata e evidente.

Acontece que existe um valor inerente ao conhecimento que muitas vezes não se revela em uma única pesquisa. A chamada "ciência básica", que se dedica a investigar os fundamentos de fenômenos naturais, pode viabilizar soluções para problemas complexos.

Pesquisadores que passaram anos fazendo cócegas em ratos, por exemplo, compreenderam melhor as respostas neurológicas à alegria e ao prazer, ao identificar vocalizações ultrassônicas comparáveis às gargalhadas humanas. Uma descoberta que nos ajuda a desvendar mistérios como: por que sentimos cócegas? Por que algumas partes do corpo são mais sensíveis?

Ao investigar o córtex somatossensorial dos ratos, responsável por receber e processar informações sensoriais, os cientistas identificaram células que respondiam às cócegas e a outros estímulos, como brincadeiras. Se ansiosos, os ratos sentiam menos cócegas e a atividade dessas células era reduzida. São achados que ajudam a compreender a base neurobiológica das emoções positivas e abrem caminho para tratamentos contra a ansiedade e a depressão.

Não por acaso, o prêmio IgNobel, uma sátira ao Nobel, homenageia pesquisas aparentemente bizarras que "fazem as pessoas rirem e depois pensarem". Entre os premiados estão estudos que avaliaram os fenômenos físicos responsáveis pelos escorregões em cascas de banana; o motivo pelo qual pica-paus não têm dor de cabeça; por que os cocôs de pequenos marsupiais são cúbicos, entre outros.

Na história da ciência não faltam exemplos de descobertas revolucionárias que nasceram de pesquisas "inúteis". Depois de anos investigando uma espécie de água-viva bioluminescente, o químico Osamu Shimomura conseguiu isolar a proteína fluorescente verde (GPF), feito que provocaria uma revolução na medicina. Com os avanços da engenharia genética, cientistas passaram a inserir o gene que comanda a produção da GFP em células e em animais de laboratório, permitindo rastrear processos celulares em tempo real. A descoberta rendeu o Nobel de Química ao cientista, tornando-se uma ferramenta fundamental na criação de tratamentos e diagnósticos para seres humanos. [...]

(Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/ciencia-fundamental/2025/08/entre-o-bizarro-e-o-extraordinario.shtml>. Acesso em 06 de agosto de 2025)

Considere o fragmento abaixo para responder às questões 6 e 7.

"Pesquisadores que passaram anos fazendo cócegas em ratos, por exemplo, compreenderam melhor as respostas neurológicas à alegria e ao prazer [...]. Uma descoberta que nos ajuda a desvendar mistérios como: por que sentimos cócegas?" (3º§).

6) A partir da observação dos elementos linguísticos, é correto afirmar que, na passagem, ocorre o predomínio de uma função da linguagem que:

- a) prioriza a estética da mensagem e os efeitos sensoriais provocados pelas palavras, conferindo caráter literário ao texto.
- b) revela a subjetividade do enunciador, marcada pela expressão de emoções e valorização da experiência pessoal.
- c) estabelece contato direto com o leitor, utilizando recursos que testam o canal de comunicação, como interjeições e ruídos.
- d) visa a transmitir informações de forma objetiva e clara, com foco no conteúdo da mensagem e no valor do conhecimento.

7) No fragmento em destaque, considerando as relações que se estabelecem entre os termos, pode-se afirmar que o sintagma "à alegria e ao prazer" exerce a função sintática de:

- a) objeto indireto.
- b) adjunto adnominal.
- c) adjunto adverbial.
- d) complemento nominal.

8) O texto faz uso de vocabulário técnico e formal comum ao gênero de divulgação científica, como se observa nas palavras "ultrassônicas", "neurobiológica" e "bioluminescente". Com base nas normas atuais do português, assinale a alternativa que apresenta ambas as palavras grafadas corretamente.

- a) Inter-relacionado / autoestima.
- b) Pré-experimento / microorganismo.
- c) Extra-oficial / anti-aéreo.
- d) Coeditor / contra-oferta.

9) Com base nos tempos e modos verbais do fragmento "Acontece que existe um valor inerente ao conhecimento que muitas vezes não se revela em uma única pesquisa." (2º§), assinale a alternativa correta.

- a) O emprego do presente do indicativo em "existe" e "não se revela" expressa atemporalidade, o que enfraquece o argumento do autor.
- b) A correlação verbal entre "existe" e "não se revela" compromete a progressão textual, pois o segundo verbo deveria estar no futuro do presente.
- c) O uso do presente do indicativo confere generalização e atualidade ao argumento, sustentando a ideia de que o valor do conhecimento é contínuo e duradouro.
- d) O tempo presente é inadequado em textos argumentativos e seria melhor substituído por tempos do modo subjuntivo, que expressam hipótese e incerteza.

10) Em "Na história da ciência não faltam exemplos de descobertas revolucionárias que nasceram de pesquisas 'inúteis'." (6ºS), considere o verbo em destaque e, com base nas regras de concordância verbal, assinale a alternativa correta.

- a) O uso do verbo no plural é facultativo, pois "história" está no singular, o que poderia justificar a forma "falta".
- b) A construção verbal empregada está correta, ainda que o sujeito esteja implícito indicando os pesquisadores.
- c) A concordância verbal está correta, pois "exemplos" é o núcleo do sujeito e exige o verbo no plural, independentemente da inversão.
- d) A forma verbal plural foi escolhida por uma questão de ênfase, mas o sujeito da oração é indeterminado, o que justificaria o uso do singular.

RACIOCÍNIO LÓGICO

11) Analise as seguintes proposições compostas.

- I. Meu irmão é alto e minha irmã é a caçula entre os irmãos.
- II. Se minha irmã é a caçula entre os irmãos, então meu primo não é casado.
- III. Minha irmã não é a caçula entre os irmãos ou minha prima é médica.
- IV. Ou meu irmão é alto ou meu primo é casado.

Considerando que todas as proposições compostas são verdadeiras, assinale a alternativa correta.

- a) Meu primo é casado e minha prima não é médica
- b) Meu primo não é casado e minha prima é médica
- c) Meu irmão é alto e minha irmã não é a caçula entre os irmãos
- d) Meu irmão não é alto e minha irmã é a caçula entre os irmãos

12) Carla é paulista ou Renata não é cearense se e somente se Carla não é paulista e Renata é cearense. A respeito da proposição composta pela operação lógica bicondicional, assinale a alternativa correta.

- a) É verdadeira se as proposições simples que a compõem também o são
- b) É uma tautologia, isto é, ela é sempre verdadeira, independente dos valores lógicos das proposições simples que a compõem
- c) É uma contradição, isto é, ela é sempre falsa, independente dos valores lógicos das proposições simples que a compõem
- d) É falsa se as proposições simples que a compõem também o são

13) Considere um dado de seis faces, numeradas de 1 a 6. Lançando o dado duas vezes, uma após a outra, a probabilidade de que saia uma face maior que 4 nos dois lançamentos é _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- a) 1/3 b) 1/2 c) 1/4 d) 1/9

14) Uma pesquisa realizada com 250 pessoas mostrou que, entre elas, 40% trabalha e o restante estuda. Entre as que trabalham, 30% se deslocam utilizando automóvel próprio e o restante se desloca usando transporte público. Já entre os que estudam, 90% se deslocam usando transporte público e o restante se desloca usando automóvel próprio. Assinale a alternativa que apresenta a probabilidade de uma pessoa se deslocar usando automóvel próprio.

- a) 18% b) 66% c) 82% d) 34%

15) Numa mesa retangular de jantar serão acomodadas 8 pessoas, da seguinte maneira: o casal anfitrião será acomodado nas cabeceiras da mesa. Os convidados serão acomodados nas laterais da mesa, metade deles em cada uma das laterais. Assinale a alternativa que apresenta o número de maneiras diferentes que os convidados podem ser acomodados à mesa.

- a) 28 b) 40320 c) 720 d) 20160

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

16) Sobre os direitos e deveres do administrado em processos administrativos, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () É direito do administrado ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas.
- () É dever do administrado fazer-se representar por advogado, constituindo-o por meio de instrumento cabível para a prática de atos no processo.
- () É dever do administrado proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.
- () É direito do administrado formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - F - V - F b) F - V - V - F c) V - F - V - V d) F - V - F - F

17) O poder hierárquico é exercido de forma contínua e permanente pela Administração Pública, guardando relação com o fenômeno da desconcentração. Diante do exposto, assinale a alternativa que não representa uma hipótese de exercício do poder hierárquico.

- a) A atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público
- b) O ato administrativo de órgão específico que, delimitando as matérias e poderes transferidos, outorga a órgão inferior, porque conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, a prática de determinados atos
- c) O ato administrativo que, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, avoca temporariamente competência atribuída à órgão hierarquicamente inferior
- d) O ato de autoridade competente que, julgando recurso administrativo, invalida decisão de outro órgão, em controle de legalidade

18) Sobre as sanções decorrentes da prática de improbidade administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) No caso de atos graves de improbidade, que geram prejuízo ao erário e enriquecimento ilícito do agente, é possível que seja imposta a sanção de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos por até vinte e quatro anos e pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial, dentre outras
- b) Os atos de improbidade administrativa mais graves, que geram prejuízo ao erário e enriquecimento ilícito, permitem que seja aplicada ao agente proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário
- c) Na responsabilização da pessoa jurídica, deverão ser considerados os efeitos econômicos e sociais das sanções, não sendo admissível, porém, que a alegação de inviabilidade de manutenção de suas atividades afete o juízo de dosimetria e imposição da sanção
- d) Admite-se a aplicação da sanção de proibição de contratação com o poder público, não sendo possível, entretanto, que tal proibição extrapole o ente público lesado pelo ato de improbidade

19) O poder regulamentar da administração pública permite que esta edite atos administrativos gerais para complementar a lei, permitindo sua fiel execução. O poder regulamentar não pode inovar na ordem jurídica. Constitui, entretanto, uma exceção a essa regra, a edição de _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- a) Portaria
- b) Resolução
- c) Decreto Autônomo
- d) Instrução Normativa

20) Os atos administrativos deverão ser motivados com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, exceto quando:

- a) importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo
- b) imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções
- c) decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública
- d) impulsionem o processo administrativo

21) O ordenamento jurídico brasileiro, ao tratar da Administração Pública Direta e Indireta, bem como das regras afetas ao regime jurídico dos servidores e o acesso destes a estrutura administrativa, previu que _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- a) a investidura em cargo público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para emprego público e cargo em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração
- b) o prazo de validade dos concursos públicos é de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período
- c) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento
- d) em regra, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, sendo uma exceção a tal regra o acúmulo de dois cargos científicos com um de professor, desde que haja compatibilidade de horário

22) No que diz respeito à execução dos contratos, às infrações e às sanções administrativas no âmbito das licitações e contratos administrativos, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, caracteriza infração administrativa, justificando a imediata aplicação, em regra, da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- () Será aplicada ao contratado exclusivamente a sanção de advertência na hipótese de inexecução parcial do contrato, isso quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- () Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação justifica a aplicação de multa, bem como de suspensão dos direitos políticos e, havendo agente público envolvido, a perda do cargo deste.
- () Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração a um contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser descontada da garantia prestada independentemente de decisão judicial.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - F - V - F
- b) F - V - F - V
- c) V - V - F - F
- d) F - F - V - V

23) Determinado cidadão, insatisfeito com a qualidade do serviço público prestado por dada concessionária de serviço público, procura uma advogada especialista na matéria e faz a ela alguns questionamentos. Analise os questionamentos do cidadão e as respostas fornecidas pela advogada abaixo.

- Quanto à fiscalização dos serviços, a advogada explicou que as concessões se sujeitam à fiscalização pelo poder concedente responsável pela delegação, com participação dos usuários a título de cooperação, em que pese possuam os usuários direito de levar ao conhecimento do poder público as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes ao serviço prestado.
- Quanto ao valor das tarifas, a advogada explicou que a concessionária deve divulgar em seu sítio eletrônico, de forma clara e de fácil compreensão, tabela com o valor das tarifas praticadas e a evolução das revisões ou reajustes realizados nos últimos cinco anos.
- Quanto aos prejuízos causados aos usuários, explicou a advogada que incumbe à concessionária responder por danos em razão dos serviços, sendo que a submissão à fiscalização exercida por órgão competente implica em atenuação de tal responsabilidade.

Estão corretas as afirmativas:

- I e III apenas
- I e II apenas
- II e III apenas
- I apenas

24) As alternativas a seguir trazem conceitos relacionados às licitações e aos contratos administrativos. Assinale a alternativa que apresenta uma conceituação equivocada em relação ao objeto descrito.

- Serviços e fornecimentos contínuos: são serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas
- Bens e serviços comuns: são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado
- Termo de Referência: é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base, por exemplo, ao anteprojeto a ser elaborado caso se conclua pela viabilidade da contratação
- Contratação integrada: constitui o regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto

25) O consórcio público com personalidade jurídica de direito público integra a administração indireta de todos os entes da federação consorciados. No que diz respeito ao regime jurídico de seus bens e dos bens por ele administrados, analise as afirmativas abaixo.

- Deverão ser constituídas e reguladas por contrato de programa, como condição de sua validade, as obrigações que um ente da federação constituir para com o consórcio público no âmbito de gestão associada em que haja transferência total ou parcial de bens necessários à continuidade dos serviços transferidos.
- O consórcio público não poderá exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por ele administrados.
- Os bens destinados pelo consorciado que se retira do consórcio público somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão no contrato de consórcio público ou no instrumento de transferência ou de alienação.

Estão corretas as afirmativas:

- I e II apenas
- II e III apenas
- I apenas
- I e III apenas

26) Suponha que em determinado Município tenha sido publicado edital de licitação para registro de preços. O referido edital previa a possibilidade de preços diferentes porque o objeto deveria ser entregue em locais diferentes. Previa, ainda, a possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no próprio edital. Dele constava, ainda, que a existência de preços registrados implicaria compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigava a Administração a contratar, facultada a esta a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada. O edital previa, por fim, prazo de vigência de vinte e quatro meses da ata de registro de preços, podendo ser prorrogado, por igual período, nas condições previstas em lei. Assinale a alternativa que apresenta a ilegalidade no procedimento adotado pelo Município na licitação acima descrita.

- A ilegalidade consiste na autorização, constante em edital, de oferecimento de preços diferentes, o que é vedado ainda que o objeto deva ser entregue em locais diferentes
- A ilegalidade consiste na autorização, constante em edital, de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no próprio edital, pois tal ação contraria o interesse público
- A ilegalidade consiste na dispensa da obrigação de contratar pela Administração, bem como da previsão que facilita ao gestor a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, ante a ofensa à economicidade e à indisponibilidade do interesse público
- A ilegalidade consiste no prazo de vigência de vinte e quatro meses da ata de registro de preços, pois a lei de licitações limita a um ano tal prazo, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso

27) Uma associação ligada às pessoas com deficiência resolveu realizar manifestação pública pacífica na sede da secretaria de obras de determinada prefeitura para exigir o direito constitucional e legal de acesso aos logradouros públicos da cidade, com a implementação de políticas públicas eficazes para tal fim. Nesse dia não haverá outra manifestação convocada para o mesmo local. Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) A manifestação poderá ser impedida, se a associação não tiver solicitado autorização prévia à autoridade competente
- b) A manifestação poderá ser impedida pela autoridade competente, porque é vedada constitucionalmente reunião em locais abertos ao público
- c) A manifestação não poderá ser impedida, se a associação tiver realizado prévio aviso à autoridade competente
- d) A manifestação não poderá ser impedida, porque o direito fundamental de reunião é absoluto, não havendo nenhuma limitação constitucional para a sua realização

28) Tibério é professor de direito concursado em uma universidade estadual há mais de dez anos. Ele concorreu, nas últimas eleições, a cargo eletivo de vereador em seu município e foi eleito. Tibério tomou posse na Câmara Municipal e deseja continuar lecionando em seu emprego público como professor universitário. De acordo com o enunciado acima, analise as afirmativas abaixo.

- I. Tibério investido no mandato de vereador, não havendo compatibilidade de horários, será afastado do emprego público de professor, sendo-lhe permitido acumular as duas remunerações.
- II. Tibério investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu emprego público de professor, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- III. Tibério investido no mandato de vereador, não havendo compatibilidade de horários, será afastado do emprego público de professor, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- IV. Tibério investido no mandato de vereador, não havendo compatibilidade de horários, será afastado do emprego público de professor, sendo que seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e IV apenas
- b) II e III apenas
- c) III e IV apenas
- d) II, III e IV apenas

29) A Companhia X promoveu mudanças estruturais significativas mutilando o morro Y, localizado no município Z, com o objetivo comercial de instalar um teleférico entre esse morro e o centro da cidade, acarretando modificação da paisagem cultural da cidade e dano irreversível ao patrimônio geológico nacional. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, após tomar conhecimento das ações, ratificou, indevidamente, a conduta da empresa aprovando projeto executivo apresentado depois do início das obras, o que demonstra sua autorização no prosseguimento do dano. Foi ajuizada ação civil pública por um dos legitimados legais com a finalidade de recuperação da área degradada pelas obras, a declaração de nulidade dos atos administrativos que ratificaram o prosseguimento das obras e a condenação ao pagamento de indenização por danos morais. Diante do exposto, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação civil pública, visando a anular ato lesivo ao patrimônio público, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- () O Ministério Público, se não intervier na ação civil pública como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei.
- () Uma associação que, concomitantemente esteja constituída há, pelo menos, um ano nos termos da lei civil e que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente e ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico terá legitimidade ativa para o ajuizamento dessa ação civil pública.
- () Admite-se o litisconsórcio necessário entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados no ajuizamento da ação civil pública, quando o seu objeto for a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente e ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - V - F - V
- b) F - F - V - V
- c) F - V - V - F
- d) V - V - F - F

30) Glauco impetrhou mandado de segurança perante o Tribunal Regional da X Região para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, contra ato ilegal praticado pelo Juiz federal da Y Vara Cível da Justiça Federal, cuja área de jurisdição está subordinada àquele tribunal. A autoridade coatora prestou, no prazo legal, as informações e após o parecer do Ministério Público, os autos foram conclusos ao relator. Ao final, o Tribunal Regional da X Região, por meio de seu órgão colegiado competente, denegou o mandado de segurança. O impetrante interpôs embargos declaratórios alegando que havia omissão no julgado, os quais foram rejeitados. Glauco pretende interpor recurso constitucional contra a decisão denegatória do mandado de segurança. Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) Caberá recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal
- b) Caberá recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça
- c) Caberá recurso especial ao Supremo Tribunal Federal
- d) Caberá recurso ordinário ao Superior Tribunal de Justiça

31) "O princípio da simetria, segundo consolidada formulação jurisprudencial determina que os princípios magnos e os padrões estruturantes do Estado, segundo a disciplina da Constituição Federal, sejam, tanto quanto possível, objeto de reprodução simétrica nos textos das Constituições estaduais" (ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. *Curso de direito constitucional*. 21. ed. São Paulo: Verbatim, 2017, p. 49). O texto trata da atuação do poder constituinte derivado decorrente que permite a cada Estado-membro elaborar a sua própria Constituição, em razão da capacidade de auto-organização, mas devendo observar simetricamente as normas organizatórias e a estrutura da federação brasileira previstos na Constituição Federal. Diante do exposto, assinale a alternativa incorrecta.

- a) A Constituição do Estado de Pernambuco prevê que os deputados estaduais são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos, o que está em simetria com a Constituição Federal
- b) A Constituição do Estado de Pernambuco prevê que a Constituição Estadual não poderá ser emendada no período de intervenção federal, de estado de defesa ou estado de sítio, o que está em simetria com a Constituição Federal
- c) A Constituição do Estado de Pernambuco prevê que a Assembleia Legislativa terá comissões parlamentares permanentes, temporárias e de inquérito, constituídas na forma e com as atribuições previstas na Constituição Estadual, no Regimento Interno ou no ato de sua criação, o que está em simetria com a Constituição Federal
- d) A Constituição do Estado de Pernambuco prevê que, em caso de relevância e urgência, o Governador do Estado poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato à Assembleia Legislativa, o que está em simetria com a Constituição Federal

32) "A autonomia das entidades federativas pressupõe repartição de competência para o exercício e desenvolvimento de sua atividade normativa. Esta distribuição constitucional de poderes é o ponto nuclear da noção de Estado federal. São notórias as dificuldades quanto a saber que matérias devem ser entregues à competência da União, quais as que competirão aos Estados e quais as que se indicarão aos Municípios" (SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2011, p. 477). Esse texto se refere à distribuição de competência entre os entes federados que lhes conferem a autonomia. Assinale a alternativa incorrecta quanto à repartição constitucional de competência dos entes federados.

- a) No âmbito da legislação concorrente, a competência da União é ampla podendo estabelecer normas gerais e suplementares
- b) No âmbito da legislação concorrente, a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados
- c) A União possui competência privativa para legislar sobre determinados temas, sendo que lei complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas dessas matérias
- d) No âmbito da legislação concorrente, inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades

33) O Presidente da República utilizando-se de suas prerrogativas constitucionais decretou estado de defesa em determinado município para restabelecer a ordem pública ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional. De acordo com o enunciado acima, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () A competência para decretar o estado defesa é exclusiva do Presidente da República, mas deverá ouvir-se previamente o Congresso Nacional.
- () O decreto que instituir o estado de defesa poderá ser por tempo indeterminado, especificará as áreas abrangidas, indicará, nos termos da lei, as medidas coercitivas a vigorarem.
- () Na vigência do estado de defesa, a prisão por crime contra o Estado, determinada pelo executor da medida, será por este comunicada imediatamente ao juiz competente que a relaxará, se não for legal, facultado ao preso requerer exame de corpo de delito à autoridade policial.
- () O tempo de duração do estado de defesa não será superior a trinta dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- | | |
|-------------------|-------------------|
| (a) V - V - F - V | (c) F - F - V - F |
| (b) F - F - V - V | (d) V - V - F - F |

- 34) Conforme dispõe o Código Civil sobre a responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.
- O dever de indenizar exige sempre a existência de vínculo contratual entre as partes
 - A responsabilidade civil apenas se configura se houver culpa exclusiva da vítima
 - A obrigação de reparar o dano depende de prova de enriquecimento sem causa
 - Aquele que causar dano a outrem por ato ilícito tem o dever de repará-lo, independentemente de contrato
- 35) Durante a análise de um processo judicial, o servidor investido do cargo de técnico deve identificar corretamente a regra geral sobre domicílio civil da parte autora. Segundo o Código Civil, considera-se domicílio da pessoa natural _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.
- o local de nascimento registrado em cartório
 - o lugar onde estabelece residência com ânimo definitivo
 - o local onde ela possui um carro registrado no órgão de trânsito
 - o lugar onde ela tiver mais bens registrados
- 36) Durante a elaboração de um parecer técnico, o servidor deve classificar os bens fungíveis que estão descritos no processo de acordo com os ditames do Código Civil. Neste sentido, assinale a alternativa correta quanto aos bens fungíveis.
- São os móveis que podem ser substituídos por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade
 - Tratam-se dos móveis ou imóveis que se deterioram com o tempo
 - Tratam-se dos imóveis que pertencem exclusivamente ao Estado
 - São os móveis ou imóveis que exigem avaliação individualizada e singular
- 37) João, servidor investido no cargo de técnico, analisa um contrato para verificar a validade do negócio jurídico de acordo com o Código Civil. Este servidor deve analisar que a validade do negócio jurídico exige _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.
- apenas que o objeto seja determinado e o consentimento seja expresso
 - que o agente seja maior de 21 anos e que o negócio esteja escrito
 - que o agente seja capaz, o objeto lícito, possível, determinado ou determinável e a forma prescrita ou não defesa em lei
 - a presença de testemunhas, quando necessário, e, sempre, a homologação judicial

- 38) A respeito da formação, suspensão e extinção do processo, analise as afirmativas abaixo.
- O processo pode ser suspenso por convenção das partes.
 - A extinção do processo ocorre, conforme o caso, por decisão interlocutória ou sentença.
 - A ação será suspensa em razão do fato quando a advogada responsável pelo processo constituir a única patrona da causa; essa prerrogativa não se aplica nos casos de concessão de adoção.
 - Considera-se proposta a ação quando a petição inicial for protocolada, todavia, a propositura da ação só produz efeitos quanto ao réu depois de sua citação válida.
- Estão corretas as afirmativas:
- I e II apenas
 - II e III apenas
 - I e III apenas
 - I e IV apenas
- 39) A respeito das prerrogativas inerentes ao poder de polícia exercido pelo magistrado, durante a realização da audiência, assinale a alternativa incorreta.
- Registrar em ata, com exatidão, todos os requerimentos apresentados em audiência
 - Manter a ordem e o decoro na audiência e requisitar, quando necessário, força policial
 - Solicitar que se retirem da sala de audiência os que se comportarem inconvenientemente
 - Tratar com urbanidade as partes, os advogados, os membros do Ministério Público e da Defensoria Pública e qualquer pessoa que participe do processo
- 40) A respeito do tema do julgamento conforme o estado do processo, analise as afirmativas abaixo.
- Não havendo a necessidade de produção de outras provas, o juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito.
 - A decisão de julgamento antecipado parcial de mérito poderá reconhecer apenas a existência de obrigação líquida.
 - Resolver as questões processuais pendentes, se houver; delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, especificando os meios de prova admitidos, bem como definir a distribuição do ônus da prova, são algumas das atribuições do juiz na decisão de saneamento e organização do processo.
 - O julgamento antecipado parcial de mérito deve ser impugnado através de recurso de apelação.
- Estão corretas as afirmativas:
- I e II apenas
 - II e III apenas
 - I e III apenas
 - I e IV apenas



41) A respeito dos elementos essenciais da sentença, assinale a alternativa correta.

- a) O dispositivo é requisito da sentença, em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem, podendo ser dispensado nas causas de menor complexidade
- b) É fundamentada a sentença que se limite a indicar, reproduzir ou parafrasear ato normativo ou precedente dos tribunais superiores, diante do princípio da celeridade
- c) Os conceitos jurídicos indeterminados, pela sua própria natureza, prescindem de motivação sobre sua incidência no caso concreto
- d) É elemento essencial da sentença o relatório, que conterá os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo

42) A respeito do instituto da revelia, analise as afirmativas abaixo.

- I. Quando o réu não contestar a ação, será considerado revel e serão presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora.
- II. O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, e serão anulados os atos processuais praticados até então.
- III. Não se aplica a pena de revelia quando o litígio versar sobre direitos indisponíveis.
- IV. Havendo pluralidade de réus e apenas algum deles contestar, a revelia será aplicada aos demais.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II apenas
- b) I e III apenas
- c) II e III apenas
- d) III e IV apenas

43) A respeito das provas, analise as afirmativas abaixo.

- I. As partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, quando especificados no Código de Processo Civil, para provar a verdade dos fatos em que se funda o pedido ou a defesa e influir eficazmente na convicção do juiz.
- II. O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.
- III. Os fatos notórios e aqueles tidos no processo como incontrovertíveis independem de prova.
- IV. O ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito, e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, mas o juiz poderá inverter o ônus da prova quando julgar conveniente.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II apenas
- b) I e III apenas
- c) II e III apenas
- d) I e IV apenas

44) Assinale a alternativa incorrecta.

- a) Considera-se litigante de má-fé aquele que proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo
- b) Quando expressões ou condutas ofensivas forem manifestadas oral ou presencialmente, o juiz advertirá o ofensor de que não as deve usar ou repetir, mas o princípio da ampla defesa impede eventual cassação da palavra
- c) É dever da parte e dos procuradores não praticar inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso
- d) Quando o inventariante for dativo, os sucessores do falecido serão intimados no processo no qual o espólio seja parte

45) A respeito do recurso de apelação, assinale a alternativa correta.

- a) As decisões judiciais proferidas anteriormente à sentença, quando não comportarem agravio de instrumento, não são cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação ou nas contrarrazões, sendo exigida manifestação inicial imediata e reiteração na interposição do recurso de apelação
- b) Quando o pedido ou a defesa contiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, o recurso de apelação devolverá ao tribunal somente o conhecimento deste
- c) As questões de fato que não tenham sido propostas no juízo inferior poderão ser suscitadas no recurso de apelação caso a parte prove que deixou de fazê-lo por motivo de força maior
- d) A apelação será interposta por petição dirigida ao juízo de primeiro grau e conterá os nomes e qualificação das partes, a exposição do fato e do direito, as razões do pedido de reforma ou de anulação da sentença, dispensado pedido de nova decisão

46) A ação civil pública tem se revelado, sobretudo a partir da Constituição Federal de 1988, um dos instrumentos mais importantes para a tutela processual dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Diante do exposto, assinale a alternativa incorrecta.

- a) A ação civil pública cabe para defesa dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico
- b) A ação civil pública se presta à tutela do meio-ambiente e do consumidor
- c) A ação civil pública não comporta as hipóteses em que ocorra infração à ordem econômica
- d) Cabe ação civil pública para defesa da honra e dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos

47) O exercício de tutela dos direitos fundamentais tem sido praticado por diversos caminhos processuais, com destaque para o remédio constitucional do mandado de segurança. Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) Conceder-se-á mandado de segurança contra ato administrativo em relação ao qual caiba recurso administrativo com efeito suspensivo, independentemente de caução
- b) Cabe mandado de segurança em face do ato judicial contra o qual não cabe recurso dotado de efeito suspensivo
- c) O mandado de segurança pode ser utilizado em face da coisa julgada levada de determinados vícios
- d) A sentença concessiva da segurança não está sujeita ao reexame necessário

48) A coação física irresistível, também denominada *vis absoluta* ou *vis corporalis*, não traz responsabilização penal ao autor direto. Isso se dá por tratar-se de _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- a) excludente de culpabilidade
- b) excludente de ilicitude
- c) fato atípico
- d) erro do tipo

49) Assinale a alternativa correta no que diz respeito à prescrição das sanções previstas na Lei nº 8429/92 ("Lei de Improbidade Administrativa").

- a) O inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, uma única vez por igual período
- b) A instauração de inquérito civil ou de processo administrativo para apuração dos ilícitos referidos na citada Lei suspende o curso do prazo prescricional por, no máximo, 90 (noventa) dias corridos
- c) O prazo prescricional é de cinco anos, a contar do término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança
- d) Encerrado o inquérito civil, salvo se não for caso de seu arquivamento, a ação destinada a levar a efeitos as sanções previstas na citada lei deverá ser proposta no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias

50) Josias e Josué resolvem furtar a casa de Mário. Para tanto, solicitam o auxílio de Pedro, que, com seu veículo, os levará à residência da vítima. Pedro permanece do lado de fora da casa, enquanto Josias e Josué nela adentram. Ocorre que, já no interior da casa, são surpreendidos pelo mordomo, tendo Josias desferido um golpe de faca neste último, acabando por feri-lo mortalmente. Considerando-se que o resultado, diante das particularidades descritas e outras do caso concreto, não poderia ser previsível a Pedro, assinale a alternativa correta quanto ao crime cometido por Pedro.

- a) Latrocínio
- b) Roubo
- c) Furto
- d) Furto, com a pena aumentada até a metade

51) Marcos, ativista de movimento ambiental, sabedor de que uma árvore será arrancada para possibilitar a passagem de uma autovia, a ela se acorrenta, com a evidente intenção de opor-se à execução do ato legal, emanado do Poder Público. Todos que ali se encontram, inclusive os funcionários públicos, assistem passivamente este seu ato de protesto, não lhe dando qualquer determinação. Assinale a alternativa correta quanto ao crime a ser imputado a Marcos.

- a) Resistência, artigo 329, *caput*, do C.P.
- b) Resistência passiva, artigo 329, § 1º, do C.P.
- c) Desobediência, artigo 330, do C.P.
- d) Não se lhe pode imputar qualquer crime, já que o fato é penalmente atípico

52) Durante uma festa de aniversário, Caio agride fisicamente Vinícius, causando-lhe lesões corporais leves. O caso é registrado por testemunhas e divulgado nas redes sociais. Vinícius, no entanto, afirma que não pretende processar Caio por motivos pessoais. Passadas mais de duas semanas do fato, o Ministério Público propõe ação penal com base no boletim de ocorrência e nos vídeos amplamente divulgados. A defesa, em resposta à denúncia, alega ausência de condição de procedibilidade. Com base nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) O Ministério Público agiu corretamente ao oferecer a denúncia, pois, nos crimes de lesão corporal leve, a ação penal é pública incondicionada
- b) O Ministério Público não poderia ter oferecido a denúncia, pois o crime de lesão corporal leve, salvo se praticado em contexto de violência doméstica ou familiar, exige representação do ofendido para o início da ação penal
- c) A ação penal, no caso narrado, é privada personalíssima, cabendo exclusivamente a Vinícius ou a seu advogado a iniciativa da persecução penal, sendo vedado ao Ministério Público atuar
- d) Trata-se de hipótese de ação penal subsidiária da pública, e Vinícius poderia oferecer a queixa-crime após o decurso do prazo decadencial de seis meses sem manifestação do Ministério Público

53) Fátima, maior e capaz, foi vítima de injúria (art. 140, "caput", do Código Penal) praticada por dois colegas de trabalho durante uma reunião interna da empresa. Inconformada, ajuizou queixa-crime contra ambos. No entanto, antes da citação dos querelados, Fátima decidiu renunciar expressamente ao direito de queixa em relação a apenas um deles, por meio de documento protocolado em cartório e juntado ao processo. A defesa do segundo querelado pleiteou a extinção da punibilidade também em favor de seu cliente. Diante do caso narrado, assinale a alternativa correta.

- a) A renúncia ao direito de queixa feita em favor de apenas um dos querelados é válida exclusivamente para ele, produzindo efeitos limitados
- b) A renúncia ao direito de queixa é ato bilateral, dependendo da aceitação do querelado para produzir efeitos jurídicos
- c) A renúncia ao direito de queixa feita em favor de um dos querelados estende-se automaticamente aos demais, impedindo a continuidade da ação penal
- d) A renúncia não interfere na ação penal, salvo se homologada pelo Ministério Pùblico

54) Durante a tramitação de uma ação penal por homicídio qualificado, Xisto foi preso preventivamente por decisão judicial fundamentada na gravidade do crime. Ao tomar conhecimento da prisão, seu tio Flávio, que não é advogado, decide redigir e protocolar um pedido de habeas corpus em favor de seu sobrinho Xisto, alegando ilegalidade na fundamentação da custódia. O habeas corpus foi indeferido sob o argumento de ilegitimidade ativa, por Flávio não se tratar de advogado habilitado. Com base na disciplina do habeas corpus na Constituição Federal e na legislação processual penal, assinale a alternativa correta.

- a) A decisão foi incorreta, pois qualquer pessoa pode, protegendo direito próprio ou de terceiro, impetrar "habeas corpus", independente da assistência de advogado, contra decisão que decreta prisão preventiva
- b) A decisão foi correta, pois somente defensores públicos, advogados regularmente constituídos ou o Ministério Pùblico têm legitimidade para impetrar "habeas corpus"
- c) A decisão foi correta, pois somente o próprio paciente ou seu advogado podem impetrar "habeas corpus"
- d) A decisão foi correta, pois a lei somente admite a impetração de "habeas corpus", a não advogados, se estes forem familiares de 1º grau do paciente

55) Durante uma fiscalização, policiais abordaram um veículo suspeito e encontraram, no interior do porta-malas, diversos aparelhos eletrônicos ainda lacrados, acompanhados de etiquetas de uma loja que havia sido furtada algumas horas antes. O ocupante Miguel não conseguiu comprovar a origem dos produtos e não apresentou nota fiscal. As autoridades constataram, por rádio, que aquele era o local de fuga informado por testemunhas. Os policiais, então, prenderam Miguel em flagrante delito. Diante do exposto, é correto afirmar que se trata de _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- a) flagrante próprio, pois Miguel foi preso no exato momento da prática da infração, permitindo a autuação imediata
- b) flagrante impróprio, pois a prisão ocorreu após perseguição policial direta e ininterrupta
- c) flagrante ficto ou presumido, pois Miguel foi encontrado logo depois do crime na posse de objetos que o vinculam à infração
- d) flagrante ilegal, pois a prisão não foi imediata, tampouco houve perseguição direta ou identificação inequívoca da autoria

56) Durante audiência de custódia, Lucas é apresentado ao juiz após prisão em flagrante pela suposta prática de furto simples (art. 155, caput, do CP). O juiz verifica que Lucas é primário, possui residência fixa, emprego lícito e não há violência ou grave ameaça envolvida na infração. Ainda assim, o Ministério Pùblico requer a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva, alegando "gravidade abstrata do delito" e "repercussão social do fato". Com base nas disposições do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.

- a) A gravidade abstrata do crime e sua repercussão social são fundamentos idôneos para justificar a prisão preventiva, afastando a concessão da liberdade provisória
- b) A liberdade provisória não poderá ser concedida, pois o furto é crime doloso
- c) A liberdade provisória só poderá ser concedida mediante fiança arbitrada pelo juiz, independentemente das circunstâncias do caso concreto
- d) A liberdade provisória deve ser concedida, pois não estão presentes os requisitos legais da prisão preventiva, e o simples fato de o crime ser grave ou causar repercussão social não autoriza a segregação cautelar

57) Durante a fase de instrução processual, ficou comprovado que Gustavo praticou fato típico e antijurídico previsto no art. 129, § 9º, do Código Penal (Lesão corporal em decorrência de violência doméstica). Entretanto, o laudo pericial constatou que, ao tempo da ação, Gustavo era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato, por sofrer de transtorno mental grave e permanente. Diante disso, ao proferir a sentença, o juiz reconheceu a inimputabilidade de Gustavo, absolvendo-o, mas aplicando medida de segurança. Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) O juiz errou, pois deveria absolvê-lo pura e simplesmente, pois o reconhecimento da inimputabilidade impede qualquer tipo de sanção penal
- b) A decisão proferida está correta, pois reconhece a inimputabilidade e aplica medida de segurança
- c) A aplicação de medida de segurança depende de reincidência específica, mesmo nos casos de doença mental comprovada
- d) A sentença está incorreta, pois o juiz deveria aplicar pena independentemente da inimputabilidade do agente

58) No âmbito do processo judicial eletrônico, os atos cartorários realizados por servidores devem observar os requisitos legais. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

- a) Os atos processuais praticados eletronicamente produzem efeitos apenas quando ratificados em meio físico
- b) A assinatura digital é dispensável nos autos eletrônicos quando se tratar de despacho interno
- c) O ato eletrônico, assinado digitalmente, tem a mesma validade do realizado em papel
- d) Os documentos digitalizados devem ser inutilizados após 30 dias da juntada no sistema eletrônico

59) Segundo o Regimento Interno do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), os servidores que atuam em unidades judiciais devem conhecer as competências regimentais para o bom desempenho das atividades cartorárias. Nesse sentido, compete às Câmaras Criminais _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- a) julgar causas cíveis envolvendo ações rescisórias em grau de recurso
- b) processar e julgar, em grau de recurso, habeas corpus, recursos em sentido estrito e revisão criminal
- c) examinar, em primeira instância, os pedidos de liberdade provisória com fiança
- d) aplicar penas disciplinares a servidores que atuam junto ao Ministério Público

60) Sobre os deveres funcionais do servidor público que atua no Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, assinale a alternativa correta.

- a) Deve manter sigilo sobre os assuntos da repartição, ainda que após deixar o serviço público
- b) Deve recusar-se a cumprir ordem de autoridade superior que não esteja formalizada por escrito
- c) Está dispensado de responsabilidade sobre danos materiais ao erário quando em situação de urgência
- d) Pode ausentar-se do serviço, sem prejuízo da remuneração, desde que por até dois dias consecutivos ao mês

DISCURSIVA

BOM SUCESSO S.A, pessoa jurídica que atua no ramo alimentício, foi multada por órgão público estadual, com fundamento na alegação de descumprimento de determinados itens da legislação sanitária local. Inconformada com a multa administrativa, que entende eivada de diversas nulidades, apresentou defesa administrativa. O órgão administrativo competente para apreciação desse requerimento administrativo não acolheu a argumentação apresentada, mantendo a multa aplicada.

Contra essa decisão administrativa, a BOM SUCESSO S.A. ajuizou ação anulatória de ato administrativo, reiterando sua argumentação sobre a constatação de diversas irregularidades na aplicação da multa. Na petição inicial houve pedido para realização de audiência de tentativa de conciliação com a parte ré.

Todavia, a audiência de conciliação não ocorreu, em virtude de manifestação fazendária em que se indicou que, naquele tema específico, não haveria orientação administrativa ou respaldo jurídico a autorizar, no caso concreto, a solução consensual do conflito com o administrado.

Diante desta situação, a parte autora requereu a condenação da Fazenda por litigância de má-fé, alegando que aquela conduta de recusa à realização da audiência de conciliação configura resistência injustificada ao andamento do processo, pois o órgão público não se pautou pela boa-fé, tampouco teve a atitude cooperativa necessária à adequada solução do litígio.

Com base no caso concreto acima e nos seus conhecimentos, redija um texto dissertativo-argumentativo abordando os seguintes questionamentos: é possível afirmar que está configurado o interesse processual para ajuizamento da referida ação anulatória? A atitude da Fazenda Pública, ao se recusar à tentativa de conciliação judicial requerida pela parte autora, caracteriza litigância de má-fé?

Transcreva a resposta da questão de 20 a 30 linhas, com caneta azul ou preta, para o cartão de respostas.